

Bloco quer publicação imediata das contas das empresas públicas e acusa governo de estar a esconder más notícias na campanha

O Bloco de Esquerda exige ao governo regional a publicação imediata das contas das empresas públicas e receia que estejam a ser escondidas para evitar más notícias durante a campanha eleitoral. Todos estes documentos já estão concluídos, pois o prazo de entrega ao Tribunal de Contas terminou no dia 30 de abril. Por uma questão de transparência o Governo Regional deve torná-los públicos imediatamente.

O Bloco de Esquerda considera que o governo regional está a esconder o estado das empresas públicas da região, nomeadamente da SATA e dos hospitais.

O prazo legal para a aprovação e envio ao Tribunal de Contas das contas das empresas do setor público empresarial regional terminou a 30 de abril, mas as contas destas e de outras empresas públicas ainda não foram publicadas. Esta situação levanta sérias preocupações sobre a transparência e a responsabilidade do governo regional perante os cidadãos.

Recorde-se que a SATA está em pleno processo de privatização. Durante este processo, o governo revelou que assumiria a totalidade do passivo da SATA Internacional. Além disso, surgiu a meio do processo um novo membro do consórcio admitido a concurso, o que tem suscitado críticas quanto à legalidade e transparência desses atos. O grupo SATA, de janeiro a setembro de 2024, registou com a gestão do governo do PSD/CDS/PPM 43,6M€ de prejuízos a somar aos 152ME do triénio 2021-2023.

Os hospitais, principalmente o Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), enfrentam uma crise de subfinanciamento que se reflete nas listas de espera e falta de acesso à saúde, problemas que o incêndio no HDES veio agravar significativamente. A situação é ainda mais grave devido à opção do governo regional em não reabrir a totalidade do HDES, comprometendo assim a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

O Bloco de Esquerda exige que o governo publique imediatamente as contas de todas as empresas públicas, a bem da transparência e da confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

7 de maio de 2025
